

**O URSO E O DRAGÃO:  
ASPECTOS DA APROXIMAÇÃO POLÍTICA  
ENTRE RÚSSIA E CHINA NOS ANOS 2000**  
*THE BEAR AND THE DRAGON:  
ASPECTS OF THE POLITICAL RAPPROCHEMENT  
BETWEEN RUSSIA AND CHINA IN THE YEARS 2000*

*Valdir da Silva Bezerra<sup>1</sup>*

Universidade Estatal de São Petersburgo

**Resumo**

Este artigo abordará alguns dos principais aspectos da aproximação política entre Rússia e China durante os anos 2000, sobretudo no que afeta aos interesses de Moscou nas relações internacionais. Para tal, objetiva-se analisar as relações entre os dois países em um plano mais amplo, incluindo-se, para além de suas tratativas comerciais e políticas, a interação regional Rússia-China na Ásia Central e o significado de suas votações no Conselho de Segurança da ONU quanto à crise síria. Por fim, a partir da observação das principais provisões contidas em documentos oficiais dos eventos mais substantivos envolvendo os dois Estados, examinaremos a repercussão que uma China cada vez mais assertiva pode representar para a posição da Rússia no cenário internacional não somente em termos de benefícios, como também seus potenciais riscos.

**Palavras-Chave**

Rússia.China. Parceria Estratégica. Política Internacional.

**Abstract**

*This article will address some of the key aspects of the political rapprochement between Russia and China during the 2000s, especially in what concerns Moscow's interests on the international arena. To this end, the aim is to analyze relations between the two countries at a broader level, including, in addition to their trade and political contacts, the Russia-China regional interaction in Central Asia and the significance of their voting in the UN Security*

---

<sup>1</sup> Graduado em Relações Internacionais pelas Faculdades Integradas Rio Branco (São Paulo). Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade Estatal de São Petersburgo (Rússia). Membro do Núcleo de Pesquisas em Relações Internacionais da USP em assuntos sobre Ásia (NUPRI-GEASIA).

*Council regarding the Syrian crisis. Finally, evolving from the observation of the main points contained in official documents as well as of substantive events involving the two States, we will examine the repercussions that an increasingly assertive China can represent to Russia's position on international affairs not only in terms of benefits, but also its potential risks.*

**Keywords**

*Russia. China. Strategic Partnership. International Politics.*

## 1 RÚSSIA: ENTRE OCIDENTE E ORIENTE

A Rússia pode ser considerada como um país dividido entre o Ocidente e o Oriente, não só do ponto de vista geográfico como também cultural. Sobre este último aspecto, o filósofo e teólogo russo Vladimir Soloviov (1853-1900) elaboraria a ideia de “bi-centrismo”, segundo a qual a cultura russa seria um produto da combinação entre elementos ocidentais e orientais distintos; já o filósofo político Nikolai Berdyaev (1874-1948) argumenta que os russos são um povo de caráter propriamente oriental quanto à mentalidade, mas que, no decorrer de sua história, sofreram ao mesmo tempo forte influência ocidental (oriunda sobretudo de influentes círculos europeus), cujas ideias e conceitos foram absorvidos por parte de sua camada aristocrática (ROZOVA, 2015, p. 59). Não obstante, para além dos aspectos culturais, nota-se que a Rússia em suas fronteiras atuais trata-se de um país mais oriental do que ao ocidental, com a porção asiática equivalente a 77% de seu território físico e concentrando a maior parte dos recursos naturais, ao mesmo tempo em que cerca de 75% de sua população vive na porção europeia, que também é sede do governo federal (YEGOROV, 2018).

Figura 1 – Posição geográfica da Rússia



FONTE: *Sciencetrends*.

Tal posição geograficamente peculiar entre Europa e Ásia “*estimula os grandes atores da ordem mundial a tentar envolver a Rússia em esquemas ou de cooperação ou de rivalidade*” (ZHEBIT, 2003, p. 164), o que, por vezes, coloca o país diante de um verdadeiro dilema do ponto de vista de suas relações internacionais, sintetizado pela seguinte pergunta: onde a Rússia deveria buscar seus aliados geopolíticos e desenvolver parcerias estratégicas de longo-prazo? Tal resposta, segundo o príncipe e comandante militar russo do século XIII Aleksandr Nevsky (1221-1263), resume-se à seguinte máxima “*devemos fortalecer a defesa no Ocidente e buscar amigos no Oriente*”<sup>2</sup> (tradução nossa). Já segundo o **Conceito de Segurança Nacional da Federação Russa** (CSN, I, 2000), em função de sua posição estratégica no continente *Eurasiático*, a Rússia deverá equilibrar seus interesses (com igual atenção) entre os vetores ocidental e oriental de sua política externa. Por sua vez, conforme o **Conceito de Política Externa da Federação Russa** (CPE, II, 2000) Moscou entende

<sup>2</sup> *Nado krepit' oboronu na Zapade, a druz'zy iskat' na Vostoke*

como traço distintivo de sua política internacional o equilíbrio e a combinação de esforços em todos os vetores (ocidental e oriental), uma vez que, por sua posição geopolítica intermediária, não pode se dar ao luxo de preferir um em detrimento do outro. Não sem razão, um dos três símbolos oficiais do Estado (além da bandeira e do hino nacional), a saber, o brasão com a figura da “Águia Bicéfala”<sup>3</sup> representa a natureza dual do país, cujo olhar volta-se ao mesmo tempo para as direções Ocidente e Oriente (YEGOROV, 2018).

Figura 2 – Brasão da Federação Russa “Águia Bicéfala”



FONTE: *Kremlin*

Nesse sentido, foi justamente a chegada de Vladimir Putin ao poder em 2000 que representou essa política externa mais equilibrada entre Ocidente e Oriente, com o governo russo desta vez passando a dar maior atenção à Ásia e a seu vetor oriental, em contraste à administração anterior de Boris Yeltsin (1991-1999), mais pró-ocidental (ZHEBIT, 2003, p. 155). Meshkov, por exemplo, chega a afirmar que

No decorrer da história da Rússia desenrolava-se uma discussão profunda sobre qual devia ser o seu

---

<sup>3</sup> Ver **Constituição da Federação Russa** (CFR, 1993, Art 70)

vetor principal – oriental ou ocidental. Agora essa opção é feita, isto é: ambos os vetores – tanto asiático, quanto euro-atlântico – têm seu valor individual do ponto de vista dos interesses nacionais (MESHKOV, 2002 apud ZHEBIT, 2013, p.173)

Diminuir o anterior desequilíbrio, portanto, entre os vetores ocidental e oriental de sua política externa foi o que fez a Rússia, sobretudo a partir de 2000, em favor de uma direção mais oriental para suas relações internacionais, tendo a Ásia como seu principal ponto de referência (ADAM, 2012, p. 69). A preeminência asiática no cenário internacional atual, por sua vez, deve-se sobretudo à maior relevância econômico-política adquirida pela região ao longo das últimas décadas, impulsionada num primeiro momento pelo crescimento econômico japonês das décadas de 1970 e 1980 e, mais recentemente, pelo acelerado crescimento econômico da China, aspirante, segundo alguns, ao papel de futura Superpotência mundial ao lado dos Estados Unidos<sup>4</sup>. O impressionante salto realizado pelo “Império do Meio” nas últimas décadas elevou o gigante asiático à posição de 2º maior economia global<sup>5</sup>, experimentando a maior e mais rápida ascensão de um Estado ao patamar de potência mundial em toda a história (ZAKARIAS, 2008, p. 236). Não sem razão, portanto, em função de seu acelerado desenvolvimento econômico e proximidade geográfica, a Ásia vem ga-

---

4 Para Buzan e Waever (2003) o atual sistema internacional é formado por 1 *Superpotência*: Estados Unidos e 4 *Grandes Potências*: União Europeia (capitaneada por Alemanha), Japão, Rússia e China. Chama-nos a atenção o fato de que, segundo classificação dos autores, duas das quatro Grandes Potências do sistema encontram-se no continente asiático, representadas por China e Japão, enquanto a Rússia, por sua vez, é considerada uma potência propriamente *eurasiática*, ou seja, fazendo parte a um só tempo de Europa (em sua porção ocidental) e Ásia (em sua porção oriental).

<sup>5</sup> Segundo dados do Banco Mundial, o tamanho da economia chinesa (PIB) em 2016 foi de 11.2 trilhões de US\$ (2º economia mundial), atrás apenas dos Estados Unidos. A Rússia possui uma economia (PIB) equivalente a 1.28 trilhões de US\$, com o país ocupando o posto de 12º economia mundial.

nhando cada vez mais importância para a política externa russa (CPE, IV, 2000). Nesse sentido, a mudança do centro de gravidade da economia mundial para o leste-asiático representa oportunidades para regiões pertencentes à porção oriental da Rússia (rica em recursos naturais), como a Sibéria e o Extremo Leste, com a China desempenhando o papel de principal ator neste processo, uma vez que ambos os países compartilham de uma extensa fronteira territorial (GONZALÉZ, 2013, p. 19).

Não obstante, para Moscou a aquisição de parcerias estratégicas (nos âmbitos econômico e político) e o estabelecimento de relações mais próximas com a Ásia fornecem as bases para a construção de um mundo multipolar, ao mesmo tempo em que restringe aspirações hegemônicas por parte dos Estados Unidos (DUGIN, 2014). Aqui, vale ressaltar que o conceito de *multipolaridade* no sistema internacional é um dos temas mais mencionados em documentos governamentais da Federação Russa. Em seu **Conceito de Política Externa**, por exemplo, Moscou defende a busca pela consolidação de um sistema multipolar nas relações internacionais, que reflita adequadamente a diversidade do mundo moderno com sua grande variedade de interesses (CPE, II, 2000). Por sua vez, o **Conceito de Segurança Nacional** (CSN, II; III, 2000), afirma-se que o interesse nacional russo consiste na defesa de sua soberania e fortalecimento de sua posição de Grande Potência, representando um dos centros de influência num mundo multipolar. A defesa, portanto, que também a China faz do conceito de “multipolaridade” no sistema internacional acaba por aproximá-la da Rússia, com os dois países trabalhando juntos para a consecução de seus objetivos comuns (ADAM, 2012, p. 85). Cabe-nos agora examinar este envolvimento sino-russo a partir das iniciativas simbólicas e práticas, inseridas no quadro mais amplo das interações entre os dois países, começando pelos primeiros passos rumo ao estabelecimento de relações políticas mais próximas entre Moscou e Pequim, iniciado em princípio dos anos 2000.

## 2. RELAÇÕES BILATERAIS MOSCOU-PEQUIM

### 2.1 APROXIMAÇÃO DIPLOMÁTICA

Em 2001, os presidentes [da Rússia, Vladimir] Putin e [da China, Jiang] Zemin assinaram o **Tratado de Boa Vizinhança, Amizade e Cooperação entre a República Popular da China e a Federação Russa** (TBVAC), com duração prevista de 20 anos (TBVAC, 2001, Art. 25º). O instrumento, que conta com uma série de diretrizes a serem observadas nas relações futuras entre os dois países, faz menção a 5 princípios fundamentais, os quais dizem respeito ao: *mútuo respeito à soberania e integridade territorial dos Estados, não-agressão, não-interferência em assuntos internos, igualdade e coexistência pacífica*. (*ibidem*, Art. 1º). Tais princípios também estão presentes no preâmbulo à **Constituição da República Popular da China** (RPC, 2004), e sua origem, por sua vez, teve como marco a Conferência de Bandung (1955), na qual reuniu-se o *Movimento dos Países Não Alinhados* (em oposição aos blocos capitalista e soviético na Guerra Fria), com o então Chanceler chinês Chu En-Lai estabelecendo o que ficou conhecido como “*Os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica*” (FORNER; PECEQUILO, 2017, p.131).

Já quanto ao princípio da *integridade territorial dos Estados*, sua menção no tratado adquire especial importância para a Rússia, particularmente em vista dos problemas enfrentados à época pelo país com o radicalismo separatista tchetcheno no começo dos anos 2000, motivo pelo qual sua presença no TBVAC serviria à Moscou como garantia de apoio por parte de Pequim à manutenção daquela região rebelde sob controle russo (ADAM, 2012, p. 65). O fato dos chineses também enfrentarem problemas com o fundamentalismo islâmico em seu território, como no caso da província muçulmana de Xinjiang, faz com que Pequim simpatize com Moscou em defesa da unidade territorial dos Estados (ADAM, 2011, p.64). Rússia e China, portanto, apoiariam uma à outra quanto a políticas de consolidação de sua *unidade nacional e integridade territorial* (TBVAC,

2001, Art. 4º), sendo que no Art 5º do tratado encontra-se a seguinte declaração por parte de Moscou quanto ao *status* de Taiwan

*O lado russo reconhece que há apenas uma China no mundo, que a República Popular da China é o único governo legal a representar toda a China e que Taiwan é uma parte inalienável da China. O lado russo se opõe a qualquer forma de independência de Taiwan (TBVAC, 2001, Art 5º, grifo e tradução nossas)*<sup>6</sup>

Por meio da declaração constante do Art. 5º, a Rússia posiciona-se oficialmente em consonância ao *One-China Policy* [Política da China Única] em que Taiwan é tida como parte inalienável da China continental, e não como um Estado independente. Quanto à delimitação dos limites territoriais entre ambos, Rússia e China propõem empreender esforços na construção de uma fronteira na qual prevaleça uma paz duradoura entre os dois países (TBVAC, 2001, Art. 6º). No espírito do artigo 6º, portanto, Rússia e China firmaram acordo (em outubro de 2004) referente a áreas contestadas por Pequim desde 1929, ano em que ocorrera um choque fronteiro localizado entre forças soviéticas e chinesas na região. Por conta do acordo firmado, Moscou retornou ao domínio chinês a ilha *Tarabov* (*Yinlong* para os chineses) e metade da ilha *Bolsboi Ussuriysky* (*Heixiazzi* para os chineses) ao largo do rio Amur.

---

<sup>6</sup> *The Russian side acknowledges that there is only one China in the world, that the People's Republic of China is the sole legal government representing the whole of China and that Taiwan is an inalienable part of China. The Russian side opposes any form of Taiwan's Independence*



Figura 3 – Ilhas Tarabov e Bolshoi Ussuriyskiy na fronteira entre Rússia e China



FONTE: *Google Maps.*

A bem-sucedida negociação das ilhas motivou o Ministro russo de Relações Exteriores Sergey Lavrov (2008) a comentar para um órgão de imprensa local que quaisquer problemas de natureza bilateral entre os dois países, mesmo os mais complexos, poderiam ser resolvidos com base nos princípios da “igualdade” e “mútuo respeito aos interesses” de cada Estado (conforme constam também no artigo 1º do TBVAC). Para além da resolução de questões fronteiriças, encontra-se também outra importante previsão constante do Art.2º do TBVAC, no qual ambos os países abdicam ao recurso (ou ameaça de recurso) da força em suas relações, proibindo-se, inclusive, o uso de artifícios econômicos no intuito de exercer pressão política sobre o vizinho; reafirma-se, outrossim, a intenção mútua de nunca utilizarem-se de armas nucleares, tampouco direcionar seus artefatos estratégicos um contra o outro (TBVAC, 2001, Art. 2º). Tal previsão, segundo alguns, descartaria, ao menos no plano teórico, a ameaça de uma guerra nuclear entre Rússia e China (ADAM, 2012, p.62).

Ambos também prometem aprofundar sua cooperação na área militar, com o intuito de fortalecer a estabilidade regional e internacional, ao mesmo tempo tornando claro que tal cooperação não se dirige contra “terceiros países” (TBVAC, 2001, Art. 7º; 22º). Não obstante, Rússia e China deverão realizar consultas (de caráter militar) quando do surgimento de uma situação considerada como ameaça, por alguma das partes, à sua segurança e integridade territorial, incluindo-se, em termos de cenário, até mesmo uma “potencial agressão estrangeira” (*ibidem*, Art. 9º). Em suma, testemunha-se com a assinatura do TBVAC em 2001 um estreitamento diplomático entre Moscou e Pequim por meio do estabelecimento de diretrizes gerais para as suas relações bilaterais, as quais, em determinados casos, extrapolaram o campo da simples retórica transformando-se em medidas práticas, como a solução em 2004 de um antigo contencioso fronteiriço entre os dois países. Não obstante, embora Rússia e China proponham-se a estabelecer consultas em caso de ameaça à segurança e integridade territorial de um dos países ou mesmo prometam não se atacarem nuclearmente, não há que se falar, por momento, em uma aliança militar *de facto* envolvendo

Moscou e Pequim, o que poderia causar justificada preocupação para o Ocidente.

No aspecto econômico, conforme tratar-se-á a seguir, a aproximação diplomática entre os países fora acompanhada de significativo crescimento em sua corrente bilateral de comércio durante os anos 2000, envolvendo questões tanto relativas à compra de armas como de fornecimento de energia, elemento este essencial para as economia russa e chinesa.

## 2.2 RELAÇÕES COMERCIAIS

Desde a década de 1990, a Rússia é a principal fornecedora de armas para o mercado da China, conforme mostra Tabela I abaixo

Tabela 1 – Importações de armamento para a China (em milhões de US\$)

ANO	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
IMP. ARM. RUSSO	1023	1011	72	498	1241	732	174	1462	2231
IMP.TOTAL DE ARMAS	1169	1187	274	680	1494	900	382	1785	2552
% ARM. RUSSO/TOTAL	87,51 %	85,17 %	26,28 %	73,24 %	83,07 %	81,33 %	45,55 %	81,90 %	87,42 %
ANO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
IMP. ARM. RUSSO	2500	2526	2076	2888	3107	2472	1324	1529	1102
IMP.TOTAL DE ARMAS	2850	2891	2373	3316	3558	2900	1692	1892	1407
% ARM. RUSSO/TOTAL	87,72 %	87,37 %	87,48 %	87,09 %	87,32 %	85,24 %	78,25 %	80,81 %	78,32 %
ANO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016		
IMP. ARM. RUSSO	744	811	741	803	713	758	643		
IMP.TOTAL	1045	1128	1703	1390	1151	1143	993		
% ARM. RUSSO/TOTAL	71,20 %	71,90 %	43,51 %	57,77 %	61,95 %	66,32 %	64,75 %		

FONTE: *Stockholm International Peace Research Institute* (Sipri). Disponível em: [http://armstrade.sipri.org/armstrade/html/export\\_values.php](http://armstrade.sipri.org/armstrade/html/export_values.php)

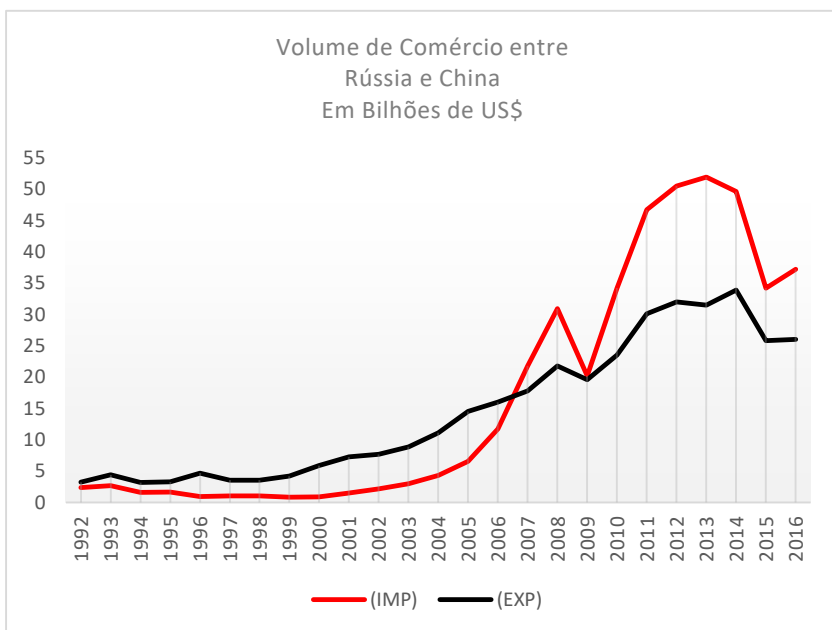
Observa-se pelos dados acima que as vendas de armamento russo à China representaram, na maior parte do tempo, aproximadamente 80% do total de importações desta durante a década de 1990 (com exceção dos anos de 1994 e 1998) e primeiro decênio dos anos 2000. O comércio de armas entre os países, segundo Adam (2012, p.67), possui cunho político, servindo de alicerce para o fortalecimento das relações entre Moscou e Pequim. No caso da Rússia, a venda de armamentos ao mercado chinês serviu para reativar sua combalida indústria bélica de meados da década de 1990, tornando-se fator essencial para a sobrevivência do enfraquecido complexo militar-industrial russo pós-dissolução soviética; já para Pequim, a aquisição de armamentos de seu vizinho serviu como forma de equipar e modernizar suas forças armadas durante os anos 1990, período em que estivera sob embargos ocidentais (CLOVER, 2016).

Contudo, a situação quanto à comercialização de armas russas para o mercado chinês parece estar se modificando. A partir de 2010, os percentuais de participação da Rússia no total de importações de armas para a China vêm diminuindo, o que pode representar, caso a tendência se confirme, uma tentativa chinesa de diminuir sua dependência frente a Moscou neste segmento. Ademais, no começo dos anos 2000 Moscou acusou Pequim de supostamente ter copiado vários de seus sistemas de armas, dentre eles o caça *Su-27/30*, que teria servido de modelo para o caça *Shenyang J11* chinês, violando estipulações contratuais entre as partes (CLOVER, 2016). Com o ocorrido, em contratos recentes a Rússia tem insistido em negociações mais restritas, com o intuito de assegurar sua propriedade intelectual e evitar novas ocorrências de engenharia reversa por parte de Pequim (MAJUMDAR, 2016).

Por seu turno, para além de questões controversas envolvendo contratos de armamentos, o volume do comércio bilateral entre os dois países testemunhou significativo aumento durante os anos 2000. A China é hoje a maior parceira comercial da Rússia e respondeu em 2016 por aproximadamente 14,3% do

volume total de seu comércio exterior (OIC<sup>7</sup>, 2018). A composição básica do comércio bilateral entre os países resume-se, grosso modo, pela exportação de *commodities* russas (especialmente petróleo e gás natural) ao mercado chinês, enquanto a China exporta produtos manufaturados (de médio e alto valor agregado) ao mercado russo. Abaixo é possível observar a representação gráfica com o volume do comércio bilateral Rússia-China entre os anos de 1992 a 2016.

Gráfico 1 – Volume (em Exp. e Imp.) do Comércio Bilateral entre Rússia e China



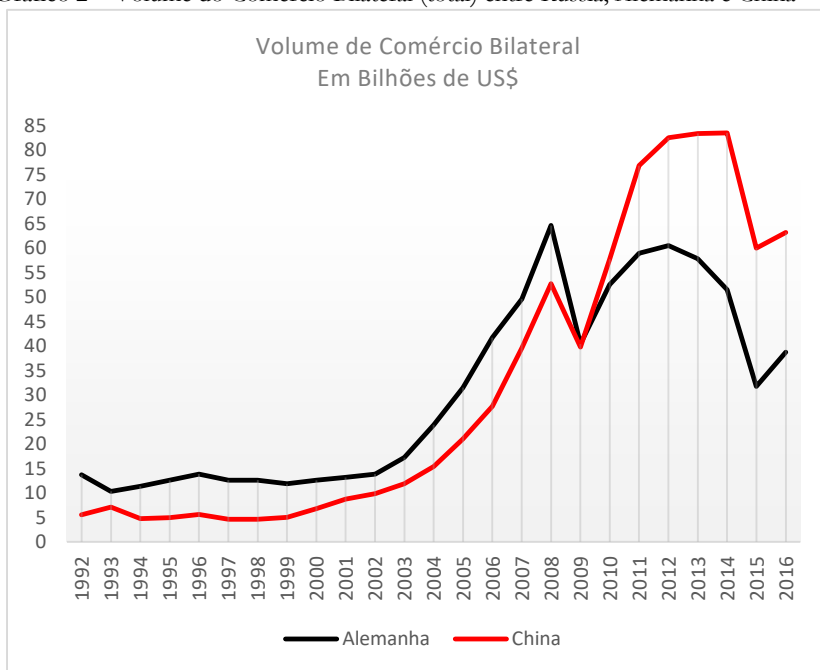
FONTE: *Observatory of Economic Complexity* (MIT).

Disponível em: <https://atlas.media.mit.edu/en/> Gráfico elaborado pelo autor

<sup>7</sup> Para *Observatory of Economic Complexity* do *Massachusetts Institute of Technology*

Conforme mostrado, ocorreu substancial aumento no volume do comércio bilateral Rússia-China sobretudo a partir de 2004 tanto em termos de exportações quanto de importações. Em se tratando de escala, no ano de 2013 o valor das importações chinesas para o mercado russo (51,9 bilhões US\$) equivaleram a cerca de trinta e quatro vezes o registrado em 2001 (cerca de 1,49 bilhões US\$), enquanto que em 2014 o valor das exportações russas para o mercado chinês (33,9 bilhões US\$) equivaleram a aproximadamente cinco vezes o registrado também em 2001 (7,24 bilhões US\$). Neste ínterim, em 2010 a China deslocou a Alemanha da posição de principal parceira comercial russa, posto que o país europeu ocupava desde meados da década de 1990.

Gráfico 2 – Volume do Comércio Bilateral (total) entre Rússia, Alemanha e China



FONTE: *Observatory of Economic Complexity* (MIT).  
Disponível em: <https://atlas.media.mit.edu/en/> Gráfico elaborado pelo autor

Conforme gráfico, de 1992 a 2009 a Alemanha foi a principal parceira comercial da Rússia<sup>8</sup>, com a China assumindo essa posição em 2010 e mantendo-a até os dias atuais. Reflexo, pois, desse bom momento nas relações comerciais, em 2014 Moscou e Pequim assinaram um contrato de comercialização de gás natural russo para o mercado chinês no valor de 400 bilhões US\$, válido pelos próximos 30 anos; tal contrato é o maior já realizado pela empresa russa Gazprom, no qual Moscou compromete-se a fornecer cerca de 38 bilhões de m<sup>3</sup> de gás por ano à Pequim através de um gasoduto a ser construído entre a Sibéria e o norte da China (RT, 2014). O início do fornecimento, por sua vez, é previsto para dezembro de 2019 (GAZPROM, 2017).

Em suma, como uma vantagem competitiva russa e necessidade essencial para o crescimento econômico chinês, a questão do fornecimento de energia tornou-se central tanto para a elevação no volume de seu comércio bilateral, como para a assinatura de contratos de longa-data entre a empresa Gazprom (com intermediação do governo russo) e a China para entrega de gás natural à última. Todavia, o que em termos de energia parece apontar para uma complementaridade entre ambos os países, pode estar ameaçada em se tratando do comércio de armamentos, levando-se em conta a aparente tendência no sentido de uma diminuição gradativa das importações por parte de Pequim de equipamentos e tecnologia militar russa evidenciada a partir do segundo decênio dos anos 2000. Mantendo-se, porém, a *expertise* russa no âmbito militar e de segurança ao mesmo tempo acompanhada por um pujante crescimento econômico chinês, as relações entre Moscou e Pequim extrapolaram os aspectos bilaterais anteriormente mencionados alcançando também a região da Ásia Central, geograficamente contígua a ambos os países e historicamente uma zona de influência russa. Trataremos, pois,

---

<sup>8</sup> Exceção feita à 1996, em que a principal parceira comercial da Rússia fora a Ucrânia.

adiante destas relações e suas prováveis implicações geopolíticas regionais para a Rússia.

### 3. RELAÇÕES NO ÂMBITO REGIONAL

#### 3.1 ÁSIA CENTRAL: COOPERAÇÃO OU COMPETIÇÃO?

A Ásia Central é composta por Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turquemenistão e Uzbequistão, cujos povos são de maioria muçulmana, incluindo ainda parte dos territórios de outros seis países: Afeganistão, China, Índia, Irã, Mongólia, Paquistão e a própria Rússia. Historicamente a região fez parte do que pode ser considerada como “zona de influência russa”, a princípio no contexto de domínios pertencentes ao Império Russo (1721-1917) e posteriormente como repúblicas constituintes da extinta União Soviética (1922-1991). Freire (2008, p.7), não obstante, observa que os Estados da região dependem das infraestruturas econômicas controladas por Moscou, sobretudo quanto ao transporte de gás natural e petróleo através de território russo para o mercado consumidor europeu. Outrossim, Weitz (2014, p.37) irá dizer que “*Devido à sua longa adesão ao antigo sistema econômico soviético, as ex-repúblicas soviéticas [nas quais inclui-se a Ásia Central] compartilham profunda interdependência entre suas economias nacionais*”<sup>9</sup>.

A partir da dissolução soviética em 1991, porém, diversos atores passaram a interagir na região, entre eles EUA, União Europeia, e, por conta de sua proximidade geográfica, logicamente também Rússia e China. Sobre o relacionamento entre os dois últimos na região, Mazat e Serrano (2012, p. 27) afirmam que “*a Rússia considera que a China pode ajudá-la na sua resistência às ambições geopolíticas dos Estados Unidos*”, sendo a **Organização de**

---

<sup>9</sup> *Due to their decades- long membership in the former Soviet economic system, the former Soviet republics share deep interdependencies between their national economies.*



**Cooperação de Xangai (OCX)** uma das principais ferramentas nesse processo. Fundada em 2001 com a participação de China, Rússia e dos demais países centro-asiáticos, a organização objetiva combater a instabilidade regional, bem como limitar a atuação de atores externos à região, constituindo, nas palavras de Forner e Pecequilo (2017, p.144) “*um dos marcos da reestruturação estratégica da Eurásia*”. Nesse sentido, na declaração conjunta de seus Estados-membro quando de sua criação encontram-se os seguintes objetivos

Reforçar a confiança mútua, a amizade e a boa vizinhança entre os Estados membros; incentivando uma cooperação eficaz entre eles nos campos político, comercial, econômico, científico, técnico, cultural, educacional, de energia, de transportes, ambiental e outros; fazendo esforços conjuntos para manter e garantir a paz, segurança e a estabilidade na região, além de estabelecer uma ordem política e econômica internacional nova, democrática, justa e racional<sup>10</sup> (OCX, 2001)

Tendo a China como seu principal proponente, a OCX declara a intenção de facilitar a atuação conjunta no “*fortalecimento da paz e promoção da segurança e estabilidade regionais*”, considerando como inerente às atribuições da organização a luta contra o “*terrorismo, separatismo e o extremismo [religioso] em todas as suas manifestações*”, defendendo a resolução pacíficas dos conflitos (OCX, 2001, Art 1º; 3º). Não obstante, seus países-membro deverão aderir aos princípios do mútuo respeito à soberania e integridade territorial dos Estados, inviolabilidade das fronteiras, não-agressão, não-

---

<sup>10</sup> *Strengthening mutual trust, friendship and good neighborliness between the member states; encouraging effective cooperation between them in the political, trade, economic, scientific, technical, cultural, educational, energy, transport, environmental and other fields; making joint efforts to maintain and ensure peace, security and stability in the region and establishing new, democratic, just and rational international political and economic order*

interferência em assuntos internos, e ao não-uso da força em suas relações internacionais (*ibidem*, Art 2º).

Por sua vez, em se tratando de Rússia, a existência de tal organização internacional visando à coordenação política entre diferentes Estados-membro, dentre os quais duas Grandes Potências vizinhas atuando numa região geograficamente próxima, evoca opiniões divergentes quanto a oportunidades e ameaças que a OCX traz aos interesses russos na Ásia Central. Alguns argumentam, por exemplo, que a organização desempenhe importante papel na manutenção e legitimação de governos centro-asiáticos, em sua maior parte ditatoriais, com inclinação pró-Moscou (FROST, 2009, p.101). Já outros consideram que a Rússia não é capaz de enfrentar sozinha problemas como a ameaça fundamentalista islâmica e o tráfico de drogas transnacional existente na Ásia Central, privilegiando, portanto, a China como sua principal parceira na região (ADAM, 2011, p. 64). Outra função da OCX seria a de *“organização de cooperação política e militar que se propõe explicitamente a ser um contrapeso aos EUA e às forças militares da OTAN”* (FIORI, 2008, p.51 apud MAZAT e SERRANO, 2012, p.27), visão essa compartilhada também por Kazantsev (2008, p. 1080), o qual considera que pela presença de duas Grandes Potências em sua formação, a Rússia vê a OCX como importante instrumento de pressão sobre outros atores do sistema. Em se tratando, por sua vez, de Ásia Central, Rússia e China aceitam a presença um do outro na região, ao mesmo tempo que se opõem à influência de atores considerados “estranhos” à mesma, como EUA e União Europeia (HORÁK, 2014, p. 166).

Todavia, levantam-se também possíveis desvantagens para a Rússia quanto a uma maior presença da China na Ásia Central, neste caso não somente como aliada, mas sim como competidora. Sob tal perspectiva, argumenta-se que a OCX constitui na verdade um instrumento em reforço à cada vez maior influência chinesa numa região historicamente controlada por Moscou (FROST, 2009, p. 85). Assim, apesar da função que a OCX desempenha em afastar os Estados Unidos da região, a Rússia corre o risco de ver o seu papel na Ásia Central diminuído, ao mesmo tem-

po em que aumenta a influência chinesa; outrossim, a existência de um fórum no qual a China é parte (em pé de igualdade com a Rússia) juntamente aos países centro-asiáticos significa na prática aceitar que os interesses de Pequim na região importam tanto quanto os de Moscou (*ibidem*, p.98). Outra questão que frequentemente se levanta quanto às desvantagens para Moscou de uma crescente presença chinesa na Ásia Central diz respeito aos investimentos de Pequim na região. Para alguns, a Rússia estaria ciente de sua incapacidade de competir com os níveis crescentes de investimento chinês nos mercados centro-asiáticos, enquanto que a China procura não interferir nas tradicionais ferramentas russas de controle regional, como nos aspectos político, cultural e militar (HORÁK, 2014, p. 166). Em se tratando do último, se por um lado a Rússia preocupa-se principalmente com a segurança regional, por outro a China aproveita-se da situação para focar unicamente em seus investimentos econômicos; desse modo, o compromisso russo com a segurança centro-asiática mantém a região estável politicamente, pavimentando então o caminho para os investimentos chineses (HORÁK, 2014, p.173).

Tais investimentos, por sua vez, podem, em razão de sua escala e volume, deslocar a Rússia de sua posição de principal ator geopolítico regional. Cabe-nos aqui mencionar, por exemplo, o ambicioso (e multibilionário) projeto liderado por Pequim conhecido por nova “Rota Econômica da Seda”, envolvendo a construção de rodovias, portos, gasodutos e ferrovias transcontinentais atravessando (a partir da China) diversos países, incluindo alguns dos Estados centro-asiáticos e a própria Rússia, escoando produtos chineses ao mercado europeu, embarcando em sua escopo cerca de 55% PIB, 70% da população e 75% das reservas energéticas mundiais conhecidas; desse modo, buscando estabelecer uma estratégia que a torne menos dependente das vias marítimas como rota de circulação para suas mercadorias, a China estaria ao mesmo tempo intensificando sua presença econômica e política na Ásia Central, região esta que historicamente olhara para a Rússia como ponto de

referência (DW, 2018). Por um lado, se considerarmos correta a seguinte máxima realista de que “*o objetivo primordial de cada Estado é maximizar a sua cota de poder mundial, o que significa conquistar poder aos outros Estados*” (MEARSHEIMER, 2007, p.20) então a China, através justamente de seus investimentos em infraestrutura e participação em fóruns multilaterais na Ásia Central, estará conquistando poder e espaço em detrimento da Rússia. Noutras palavras

Uma China rica não será um poder que aceite o *status quo* internacional. Pelo contrário, será um estado agressivo e determinado a conquistar uma hegemonia regional. Não porque a China ao ficar rica venha a ter instintos malvados, mas porque a melhor maneira para qualquer estado maximizar as suas perspectivas de sobrevivência é se tornar hegemônico na sua região do mundo (MEARSHEIMER, 2001, p.402 apud FIORI, 2004, p. 40; grifo nosso)

Para Trenin (2001, p. 203), mesmo que a China *a priori* favoreça a manutenção da influência russa na região, Pequim gradualmente substituirá Moscou como o “*poder dominante*” na Ásia Central, o que coloca a Rússia numa situação complicada quanto a seu relacionamento com o “Império do Meio”. Impedir a China de articular-se com os países da Ásia Central em função de seu projeto de construção de uma nova “Rota Econômica da Seda” ou mesmo por sua participação em um fórum multilateral como a OCX parece estar fora de questão para Moscou. Faz-se necessário, porém, caso a Rússia não queira ver seus interesses de segurança (ou mesmo sua influência) exageradamente minados na região centro-asiática, que Moscou e Pequim adequem suas pretensões geopolíticas de modo a não se contraporem um ao outro, tarefa esta delicada quando se trata da interação entre duas Grandes Potências.

Se, por um lado, Moscou precisará lidar com o (cada vez) maior envolvimento econômico de Pequim numa região considerada como sua zona de influência, por outro, no Oriente Médio, tanto Rússia quanto China demonstraram significativo interesse quanto aos acontecimentos envolvendo a crise síria,

impedindo a adoção de resoluções no Conselho de Segurança da ONU. O que pode, por sua vez, estar por trás de uma articulação entre os dois países a respeito de sua interpretação da crise no país árabe é o tema a ser analisado a seguir.

### 3.2 ORIENTE MÉDIO: AS POSIÇÕES SINO-RUSSAS NO TOCANTE AO CONFLITO SÍRIO

O início da guerra civil na Síria se dá em março de 2011 no contexto da então denominada “Primavera Árabe”, envolvendo protestos de caráter pacífico em diversas regiões do país contra a falta de liberdade, problemas econômicos e repressão governamental. Logo de início, o governo do ditador sírio Bashar Al-Assad decide responder às manifestações através de suas forças armadas, prendendo opositores e reprimindo violentamente a população. Com o passar do tempo e o agravamento da crise, grupos paramilitares de oposição e extremistas religiosos insurgem-se contra o regime, iniciando uma disputa por poder e controle de territórios que levaria, mais de sete anos depois, à cerca de 500 mil mortos, 1 milhão de feridos e 12 milhões de refugiados.

Nesse ínterim, o **Conselho de Segurança** da ONU (CSONU) fora convocado diversas vezes no intuito de encontrar uma saída para a conturbada situação no país árabe, sem sucesso. Rússia e China, na qualidade de membros permanentes e com poder de veto no Conselho foram apontadas (sobretudo pelas potências ocidentais) como responsáveis pelo entrave no processo de solução da questão síria. Segundo alguns, na maior parte dos casos Moscou e Pequim coordenaram suas posições no sentido de impedir a aprovação pelo Conselho de resoluções que propunham uma possível solução para a crise no país árabe<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> O CSONU é formado por 5 membros-permanentes (EUA, Reino Unido, França, Rússia e China) com “poder de veto”, além de 10 membros rotativos. Seus países constituintes, por força do disposto na **Carta de Fundação** da ONU, possuem a responsabilidade de assegurar a paz e a segurança

A título de exemplo, em fevereiro de 2012, Rússia e China barraram através de veto uma proposta de resolução elaborada pela Liga dos Estados Árabes, a qual demandava que o governo sírio retirasse suas forças militares de cidades e vilarejos, bem como solicitava a condução de um “inclusivo processo político” com o intuito de facilitar a “transição democrática do poder” (ONU, 2012). Rússia e China, por sua vez, entenderam a resolução como uma potencial violação da soberania síria, podendo abrir caminho à uma intervenção militar estrangeira seguida de uma mudança de regime forçada no país árabe (THE GUARDIAN, 2012).

Com vistas a entender a lógica aplicada por Moscou e Pequim relativa à questão síria, alguns apontam a necessidade de voltar no tempo, mais precisamente nos eventos que culminaram com a derrubada do regime líbio, cerca de um ano antes. Na ocasião, quando da votação pelo CSONU da Resolução nº 1973 (de março de 2011) estabelecendo uma “zona de exclusão aérea” no território líbio, Rússia e China simplesmente abstiveram-se (ONU, 2011), dando oportunidade para a intervenção de forças ocidentais naquele país, resultando na morte do ditador Muammar al-Gaddafi. Posteriormente, Rússia e China consideraram inadequado o papel desempenhado pelo Ocidente no tocante à intervenção militar que culminou com a deposição (e morte) do então ditador líbio e a queda do regime no país árabe, enxergando um perigoso precedente quanto à relativização da soberania Estatal nas relações internacionais. Nesse sentido, Rússia e China não queriam ver tal cenário sendo repetido desta vez na Síria (aliado

---

internacionais (ONU, 1945, V, Art.24), por meio da adoção de resoluções, recomendações ou mesmo utilização da força para solução de contenciosos que ameacem a paz internacional. No entanto, para que uma resolução seja adotada pelo CSONU, são necessários 9 votos afirmativos (de 15 possíveis), exigindo-se dentre esses pelo menos um voto de um membro-permanente. Caso um membro-permanente não concorde em 100% com uma resolução que esteja sendo discutida, mas também não deseje exercer seu poder de veto, pode simplesmente abster-se, permitindo com isso que tal resolução seja adotada caso alcance o número de votos afirmativos necessários.

geopolítico russo no Oriente Médio), encarando como presságio a solicitação do então presidente [dos Estados Unidos, Barack] Obama para que Bashar Al-Assad deixasse o poder por falta de “legitimidade” (THE GUARDIAN, 2012)

Figura 4 – Rússia e China unem-se contra suposta intervenção americana na Síria



FONTE: Operamundi (2013).

Assim, quando da reunião do CSONU para discutir a questão síria, o então representante russo na ONU Vitaly Ivanovich Churkin, comentou da seguinte forma o veto da Rússia à resolução

Desde o início da crise síria, alguns membros influentes da comunidade internacional prejudicaram qualquer possibilidade de um acordo político, exigindo mudanças de regime, incentivando a oposição, induzindo provocações e criando a luta armada (CHURKIN, 2012; tradução e grifo nosso)<sup>12</sup>.

<sup>12</sup> *From the very beginning of the Syrian crisis some influential members of the international community have undermined any possibility of a political settlement, calling for regime change,*

A China, por sua vez, justificou seu veto à proposta de resolução comentando que a *soberania*, independência e integridade territorial da Síria deveriam ser inteiramente respeitadas (BAODONG, 2012). Tal defesa por parte da China do princípio de “soberania nacional” é tida por alguns como uma das bases do poder emergente chinês no cenário internacional (RAMO, 2004 apud ZAKARIA, 2008, p. 127), ajudando a explicar, portanto, a preocupação de Pequim com uma possível violação de tal princípio em se tratando de uma intervenção no país árabe. Outros consideram que tanto Rússia como China atrelam seus próprios interesses nacionais aos princípios *Westfalianos* de “soberania” e “não-intervenção” (IKENBERRY, 2014). Adam (2012, p. 65), por exemplo, opina que *“ao longo dos anos, a não intervenção em assuntos internos se tornou um baluarte para Rússia e China como defesa dos ataques aos seus regimes políticos vindos das potências ocidentais”*.

Depreende-se da observação precedente que a concordância de posições entre Moscou e Pequim, manifestada pelo veto a resoluções concernentes à crise na Síria, é indicativa de sua posição comum quanto à ameaça daquilo que consideram como “intervenção ocidental” em assuntos soberanos de outro Estado. Tais intervenções, se tornadas regra, poderiam inclusive direcionar-se contra a própria Rússia ou mesmo a China, uma vez ambos serem alvos de críticas ocidentais quanto a determinados aspectos de Direitos Humanos. Com os dois países representando sistemas mais autoritários de governo, se comparados ao Ocidente, Moscou e Pequim opõem-se à relativização do conceito de “soberania nacional” (ESCOBAR, 2018), o que pode colocar em xeque sua própria estabilidade política interna.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos anos 2000, Rússia e China testemunharam importantes desenvolvimentos em suas relações diplomáticas e comerciais, como a resolução (em 2004) de um contencioso fronteiriço datado de 1929 e o fato da China ter se tornado a principal parceira comercial russa em 2010. Para Moscou, todavia, tais relações com o vizinho asiático não deixam de apresentar desafios à sua posição de Grande Potência nos teatros Eurasiático e global. Na Ásia Central, por exemplo, a presença da China na OCX e seus investimentos em infraestrutura nos países da região através de seu projeto de construção de uma nova “Rota Econômica da Seda” sugerem um possível deslocamento da Rússia de sua posição de ator geopolítico regional predominante, ao menos do ponto de vista econômico, muito embora Moscou retenha sua influência em aspectos não menos importantes como o militar, político e cultural.

Já no âmbito da ONU, as posições russa e chinesa quanto à resolução para a crise síria demonstram uma espécie de oposição comum à relativização de princípios como “soberania” e “não intervenção” em assuntos internos, mesmo sob a bandeira de proteção aos direitos humanos e promoção da democracia, o que, segundo o entendimento de Moscou e Pequim, configura (em essência) uma ingerência em assuntos internos de um Estado soberano, o que poderia servir de precedente para uma eventual intervenção externa contra seus próprios países, uma vez vítimas de duras críticas ocidentais por conta de seu autoritarismo e suposta inobservância quanto a determinadas questões de direitos humanos.

Por fim, se por um lado a parceria estratégica com a China propicia à Rússia melhores condições de defender a multipolaridade no sistema internacional, opondo-se ao mesmo tempo ao unilateralismo americano, por outro tal parceria não chega a constituir uma aliança formal de caráter militar, o que poderia preocupar

todo o conjunto dos países ocidentais, por exemplo. Concomitantemente, ademais, Moscou vê o volume de sua economia cada vez mais distante do poderio econômico chinês, fator este que influirá na redistribuição de poder global, assim como dentro da própria Eurásia. Em vista, portanto, de tal cenário, a Rússia precisará definir qual papel geopolítico pretende desempenhar em sua região e no mundo relativamente à China, se o de potencial competidor ou de parceiro de Pequim em uma cambiante ordem internacional multipolar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, Gabriel Pessin. **A Rússia e os Países da Comunidade dos Estados Independentes no Início do Século XXI.** *In:*

ALVES, André Augusto De Miranda Pinelli (org.). *Uma Longa Transição: Vinte Anos de Transformações na Rússia.* Brasília: IPEA, 2011. p.39-80

ADAM, Gabriel Pessin. **A Rússia como Grande Potência e a Parceria Estratégica com a China.** *In:* ALVES, André Augusto De Miranda Pinelli (org.) *Rússia no Século XXI: O Renascimento de uma Potência?* Brasília: IPEA, 2012. p.51-96

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and Powers: The Structure of International Security.** United Kingdom: Cambridge University Press, 2003

CHINA. **Constituição da República Popular da China.** Beijing: 2004. Disponível em:

[http://english.gov.cn/archive/laws\\_regulations/2014/08/23/content\\_281474982987458.htm](http://english.gov.cn/archive/laws_regulations/2014/08/23/content_281474982987458.htm) Acesso em: 20.mar.2017

CHINA DAILY. **China, Russia Sign Border Agreement.**

Disponível em: [http://www.chinadaily.com.cn/china/2008-07/22/content\\_6865847.htm](http://www.chinadaily.com.cn/china/2008-07/22/content_6865847.htm) Acesso em: 27.dez.2017

CHURKIN, Vitaly Ivanovich. **United Nations Security Council Meeting Record**. Disponível em:  
[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/PV.67](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.67)  
11 Acesso em: 20.mar.2018

CLOVER, Charles. **Russia Resumes Advanced Weapons Sales to China**. Financial Times: 2016. Disponível em:  
<https://www.ft.com/content/90b1ada2-a18e-11e6-86d5-4e36b35c3550> Acesso em: 25 jul.2018

DUGIN, Alexandr. **Putin vs Putin: Vladimir Putin Viewed from the Right**. United Kingdom: Arktos Media Ltd, 2014; edição Kindle

DW. **China's New Silk Road** | DW Documentary. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u-ybBZgN154> Acesso em: 31.mar.2018

ESCOBAR, Pepe. **Will the Putin-Xi Era Supersede the Western Liberal (Dis)Order?** Asia Times. Disponível em:  
<http://www.atimes.com/article/will-putin-xi-era-supersede-western-liberal-disorder/> Acesso em: 28.mar.2017

FIORI, José Luís. **O Poder Americano**. Rio de Janeiro: 2004. Disponível em:  
[http://www.academia.edu/31543626/Forma%C3%A7%C3%A3o\\_Expans%C3%A3o\\_e\\_Limites\\_do\\_Poder\\_Global](http://www.academia.edu/31543626/Forma%C3%A7%C3%A3o_Expans%C3%A3o_e_Limites_do_Poder_Global) Acesso em: 28 jul.2017

FORNER, Clarissa Nascimento; PECEQUILO, Cristina Soreanu. **O Reposicionamento Estratégico Sino-Estadunidense: o Mar do Sul da China (2009/2017)**. São Paulo: 2017. Revista Brasileira de Estudos de Defesa [RBED]. v. 4, nº 2, jul./dez. 2017, p. 127-151

FREIRE, Maria Raquel. **As Eleições Presidenciais Na Rússia: Continuidade Na Mudança.** Lisboa: 2008. Disponível em: [https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/9605/1/MRFreire\\_OccasionalPaper32\\_IPRI\\_2008.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/9605/1/MRFreire_OccasionalPaper32_IPRI_2008.pdf) Acesso em: 26.nov.2016

FROST, Alexander. **The Collective Security Treaty Organization, the Shanghai Cooperation Organization, and Russia's Strategic Goals in Central Asia.** Central Asia-Caucasus Institute e Silk Road Studies Program: China and Eurasia Forum Quarterly, Volume 7, No. 3 (2009) pp. 83-102.

HORÁK, Slavomír. **Challenges from the East: China.** *In:* CORNELL, Svante E; STARR, Frederick S (org.). **Putin's Grand Strategy: The Eurasian Union and Its Discontents.** Singapore: Central Asia-Caucasus Institute e Silk Road Studies Program, 2014, pp. 166-177

KAZANTSEV, Andrei. **Russian Policy in Central Asia And the Caspian Sea Region.** Europe-Asia Studies, 2008, Vol. 20, Nº 6, pp. 1073-1088.

MAJUMDAR, Dave. **If the J-20 Stealth Fighter Is So Amazing Why Is China Buying Russia's Su-35?** The National Interest: 2016. Disponível em: <https://nationalinterest.org/blog/the-buzz/if-the-j-20-stealth-fighter-so-amazing-why-china-buying-18273> Acesso em: 25 jul.2018

MASSACHUSETTS INSTITUTE OF TECHNOLOGY. **The Observatory of Economic Complexity.** Massachusetts: 2010. Disponível em: <https://atlas.media.mit.edu/en/> Acesso em: 29.mar.2018

MAZAT, Numa; SERRANO, Franklin. **A Geopolítica Da Federação Russa em Relação aos Estados Unidos e à Europa: Vulnerabilidade, Cooperação e Conflito.** *In:* ALVES, Andre Augusto De Miranda Pinelli (org.) *Rússia no Século XXI: O Renascimento de uma Potência?* Brasília: IPEA, 2012. p.9-50

MEARSHEIMER, John. **A Tragédia da Política das Grandes Potências.** Portugal: Editora Gradiva, 2007  
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. **A Carta.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/carta/> Acesso em: 14 abr.2017

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. **Security Council - Veto List.** Disponível em: <http://research.un.org/en/docs/sc/quick/> Acesso em: 24 jul.2018

ROZOVA, N.A; MUDRICHENKO, O.M. **Cultural Studies:** reader for professional purposes. St.Petersburg: Zlatoust, 2015

RT. **Russia And China Seal Historic \$400bn Gas Deal.** Disponível em: <https://www.rt.com/business/160068-china-russia-gas-deal/> Acesso em: 27.dez.2017

RUSSIA. **National Security Concept of The Russian Federation.** Moscou: 2000. Disponível em: [http://www.mid.ru/en/foreign\\_policy/official\\_documents/-/asset\\_publisher/CptICkB6BZ29/content/id/589768](http://www.mid.ru/en/foreign_policy/official_documents/-/asset_publisher/CptICkB6BZ29/content/id/589768) Acesso em: 4.dez.2016

RUSSIA. **Constituição Da Federação Russa.** Moscou: 1993. Disponível em: <http://www.constitution.ru/en/10003000-05.htm> Acesso em: 28.nov.2016

**RUSSIA. The Foreign Policy Concept of The Russian**

**Federation.** Moscou: 2000. Disponível em:

<https://fas.org/nuke/guide/russia/doctrine/econcept.htm> Acesso em: 18.mar.2018

**RUSSIA; CHINA. Tratado De Boa Vizinhança, Amizade e Cooperação Entre a República Popular da China e a**

**Federação Russa.** Moscou: 2001. Disponível em:

[http://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/wjdt\\_665385/2649\\_665393/t15771.shtml](http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/2649_665393/t15771.shtml) Acesso em: 22.dez.2017

**THE GUARDIAN. Syria resolution vetoed by Russia and**

**China at United Nations.** United Kingdom: 2012. Disponível

em: <https://www.theguardian.com/world/2012/feb/04/assad-obama-resign-un-resolution> Acesso em: 28.dez.2017

**THE SHANGHAI COOPERATION ORGANIZATION.**

**Shanghai Cooperation Organization Charter.** Saint-Petersburg: 2002. Disponível em:

<http://people.unica.it/annamariabaldussi/files/2015/04/SCO-Charter.pdf> Acesso em: 15.mai.2017

**TRENIN, Dmitri. The End of Eurasia: Russia on the Border**

**Between Geopolitics and Globalization.** Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2001

**ZAKARIA, Fareed. The Post-American World.** New York: W.

W. Norton & Company Ltd, 2008

**ZHEBIT', Alexander. A Rússia na Ordem Mundial: com o**

**Ocidente, com o Oriente ou um polo autônomo em um Mundo Multipolar?** Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Política

**Internacional, 2003, v.46, p. 153-181.** Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292003000100008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000100008) Acesso em:17.dez.2017

WEITZ, Richard. **The Customs Union and Eurasian Union: A Primer.** *In:* CORNELL, Svante E; STARR, Frederick S (org.). *Putin's Grand Strategy: The Eurasian Union and Its Discontents.* Singapore: Central Asia-Caucasus Institute e Silk Road Studies Program, 2014, pp. 29-39

YEGOROV, Oleg. **Is Russia European or Asian?** *Russia Beyond The Headlines:* 2018. Disponível em:  
<https://www.rbth.com/arts/327309-is-russia-europe-or-asia>  
Acesso em: 29 jul. 2017